

# Epistemologia da consciência, auto-conhecimento e externalismo: sobre a infalibilidade introspectiva e o acesso privilegiado

*Epistemology of Consciousness, Self-Knowledge and Externalism:  
about the introspection infallibility and the privileged access*

Ricardo Rangel Guimarães\*

**RESUMO:** O conteúdo do presente ensaio versa sobre tópicos fundamentais da Epistemologia da Consciência e das condições necessárias e suficientes para a possibilidade do conhecimento de estados mentais por parte de um sujeito cognoscente, o assim denominado auto-conhecimento. São investigadas e analisadas, à luz da Epistemologia da Introspecção de Robert Audi e da Teoria Representacional da Consciência de Fred Dretske, questões relativas à infalibilidade introspectiva e a primazia do acesso privilegiado que um sujeito tem acerca dos conteúdos de seus estados mentais. A estrutura argumentativa deste trabalho consiste, basicamente, em apontar possíveis problemas e tentativas de solução para a tese, em ampla medida aceita na comunidade filosófica, de que somos, na autoridade que temos sobre os próprios atos, infalíveis em relação às crenças, justificação e conhecimento sobre os conteúdos de nossos estados mentais e nossas atitudes proposicionais em geral. A perspectiva epistemológica propriamente dita, a saber, o embasamento destas questões sob uma perspectiva da análise tradicional do conhecimento como crença verdadeira justificada, é explorada, conjuntamente com uma reflexão pertinente e necessária de aspectos relevantes da filosofia da mente contemporânea no escopo das discussões suscitadas, como as teorias da consciência e as conseqüências semântico-linguísticas extraídas das mesmas. Também o problema da incompatibilidade do externalismo com o auto-conhecimento é tratado, e o objetivo central é a procura por algum contra-exemplo para a infalibilidade introspectiva e a possibilidade do engano em relação às crenças sobre conteúdos mentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consciência. Auto-conhecimen-to .Introspecção. Infalibilidade. Externalismo.

**ABSTRACT:** The content of this essay focuses on fundamental issues of Epistemology of Consciousness and the necessary and sufficient conditions for the possibility of knowledge of mental states by a knowing subject, the so-called self-knowledge. Are investigated and analyzed, in light of the Epistemology of Introspection of Robert Audi and the Representational Theory of Consciousness by Fred Dretske, issues relating to the introspective infallibility and primacy of the privileged access that a subject has about the contents of their mental states. The argumentative structure basically consists in pointing out potential problems and tentative solutions to the thesis to a large extent accepted in the philosophical community, that we are, we have the authority over its own acts, in respect of infallible beliefs, justification and knowledge about the contents of our mental states and our propositional attitudes in general. The epistemological perspective itself, namely the basis of these issues from a perspective of the traditional analysis of knowledge as justified true belief, is explored, along with a relevant and necessary discussion of relevant aspects of contemporary philosophy of mind on the scope of discussions that, as theories of consciousness and the consequences semantic-language learned there from. Also the problem of incompatibility of externalism with self-knowledge is treated, and the central objective is the research for any counterexample to the introspective infallibility and the possibility of mistake in relation the beliefs about mental contents.

**KEYWORDS:** Consciousness. Self-knowledge. Introspection. Infallibility. Externalism

Na filosofia da mente contemporânea, muito se tem discutido acerca do caráter subjetivo das experiências da consciência, emergindo daí um debate que se desmembra em algumas divisões

\* Doutorando em Filosofia - PUCRS - Bolsista CAPES - Contato: rirangel@gmail.com

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

específicas, como a dos eliminativistas, por exemplo, que renunciam o caráter qualitativo da experiência. Há também os que buscam preservar o caráter de singularidade da experiência subjetiva e negam qualquer redução da consciência a processos neurofisiológicos, e também aqueles que tentam oferecer uma visão naturalista da consciência. David Chalmers, em “Facing Up to The Problem of Consciousness” (1995), coloca que o problema filosófico “duro” acerca da consciência (*the hard philosophical problem*) é abordá-la a partir do problema da identidade entre o físico e o mental. Para Thomas Nagel (1992), por exemplo, haveria uma espécie de lacuna (*gap*) entre a consciência fenomenal e as explicações fisicalistas de descrições da experiência fenomenológica. Segundo Nagel, identificar o fenômeno mental com o físico reduziria a consciência a meros processos neuroquímicos, e com isso não haveria a necessidade da qualidade da experiência subjetiva, os *qualia*, fazendo com que sua concepção, juntamente com a de Chalmers, encaixe-se no segundo grupo referido anteriormente. Apesar de não defender a existência dos fenômenos da consciência sem o suporte físico do cérebro e de suas funções neuroquímicas e fisiológicas, os proponentes desta concepção crêem que a consciência e os *qualia* possuam um domínio privado da perspectiva do sujeito na primeira pessoa que não pode ser inteiramente naturalizado nem compreendido. O fisicalismo poderia prever, da perspectiva da terceira pessoa, as correlações entre os *qualia* e as condições objetivas do cérebro, mas não pode explicá-las satisfatoriamente.

Daniel Dennett (2003) e Fred Dretske (1997) defendem a tese de que nenhum fato consciente pode ser acessível apenas a um sujeito sob um único ponto de vista. Dennett tem a sua teoria da heterofenomenologia, em que a consciência é descrita da perspectiva da terceira pessoa, em uma abordagem que permite uma espécie de organização e catalogação dos dados primários que esta recebe. Já os naturalistas da mente procuram oferecer uma explicação dos fatos mentais a partir de uma descrição dos estados e processos mentais como aspectos relativos ao cérebro e ao sistema nervoso central. Dentre estes, está Dretske, que propõe uma naturalização da consciência segundo uma abordagem representacionista, da qual nos ocuparemos pelo menos em parte logo a seguir. O que Dretske procura fazer, grosso modo, é a preservação do caráter subjetivo e privado dos *qualia*, compatibilizando isto com a idéia dos mesmos poderem ser determinados objetivamente através de uma relação representacional.

Estes preâmbulos e considerações iniciais sobre algumas teorias da mente que tratam de aspectos gerais da consciência têm como objetivo essencial abordar o tema da introspecção ou da consciência introspectiva como faculdade cognitiva e epistêmica, relevantes para a discussão presente, e deste poder ser interpretado, à luz de algumas destas teorias, como uma percepção “interna”. Robert Audi, por exemplo, deixa este ponto muito explícito ao falar da introspecção como este “olhar para dentro”, e da relação da mesma com a percepção, ao afirmar o seguinte:

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

Epistemologia da consciência, auto-conhecimento e externalismo:  
sobre a infalibilidade introspectiva e o acesso privilegiado

Se pegarmos à etimologia do termo ‘introspection’, que deriva do latim ‘introspicere’, que significa ‘olhar para dentro’, podemos entender a introspecção como um prestar atenção para a própria consciência e, quando a mente não está vazia, portanto, adquire-se uma espécie de visão interior. Posso fazer uma introspecção sobre minhas imagens, por exemplo, e concluir que minha imagem do pinheiro indica que o pinheiro é mais alto do que o bordo. Talvez tenha que olhar para trás se ele tinha três ramos secundários ou não. A introspecção, no entanto, não precisa ser elaborada ou até mesmo constituir um ato. Pode ser simplesmente uma questão de tornar-se consciente de algo na mente. Isso pode ser tão natural quanto algo que surge em um campo de visão físico, ao invés de algo que necessite de um esforço de observação para poder ser visto<sup>1</sup>.

O que se costuma denominar de “olho da mente” no senso comum é o que Audi chama a atenção nessa sua passagem. Se a consciência visual é preenchida por imagens tão vívidas quanto as causadas pela percepção, então a introspecção pode ser compreendida como esta consciência perceptual em relação às imagens que aparecem ao sujeito em sua mente; Dretske, por exemplo, chega a afirmar que ‘[...] a introspecção, eu admito, é um exemplo de percepção **deslocada**’<sup>2</sup> (grifo meu). Esta analogia da introspecção com a percepção não é nada óbvia e resulta ser bastante complexa, mas ela é necessária para atribuir o papel epistemológico que aqui se pretende investigar e oferecer a esta faculdade. Robert Audi destaca um ponto importante, a saber, que se levarmos em conta propriedades mentais disposicionais, como acreditar ou querer, tal analogia fica limitada, pois tais propriedades não podem ser interpretadas como propriedades sensoriais. Mas para propriedades mentais ocorrentes, como a criação de imagens mentais, tal analogia pode ser suficiente, provavelmente, nessa concepção, estando restrita ao recurso pictórico da “visão interior” como a visão de algo que foi adquirido cognitivamente via percepção de propriedades sensoriais, tais como o calor da chama de uma vela ou o frio de um copo gelado, e mesmo em uma analogia indireta, como escutar com o “ouvido” da mente ou sentir o “aroma” do bolinho Madeleine, frito por sua avó em um passado distante, que o narrador auto-biográfico Marcel descreve na obra “Em Busca do Tempo Perdido”, por exemplo. Nesse caso do alter-ego proustiano, há também a analogia com a memória; mas além da lembrança do aroma, o

<sup>1</sup> ‘If we take a cue from the etymology of ‘introspection,’ which derives from the Latin *introspicere*, meaning ‘to look within,’ we might construe introspection as attending to one’s own consciousness and, when one’s mind is not blank, thereby achieving a kind of inner seeing. I might introspect my images, for instance, and conclude that my image of the spruce indicates that the spruce is taller than the maple. I might *have* to introspect my image of the maple to tell without looking back at it whether it has three secondary trunks. Introspection need not, however, be labored or even constitute an act. It may be simply a matter of becoming conscious of something in one’s mind. This can be as natural as something’s coming into one’s physical field of vision, rather than like making the effort of observation in order to see.’ AUDI, Robert. *Epistemology: a contemporary introduction*. 2 ed. New York: Routledge, 2004, p. 78.

<sup>2</sup> ‘[...] the introspection, I submit, is an a instance of displaced perception.’ DRETSKE, F. “Introspection.” *Proceedings of the Aristotelian Society*, 94, 1994, p. 263.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

narrador introspecta tal conteúdo, que é memorial no caso, e tem no momento presente tal “visão interna”, indo ao encontro do que Audi denomina de “tocar na imaginação palpável” (“touching in the tactual imagination”, p. 79). Por outro lado, o pensamento, para este epistemólogo, é uma propriedade mental ocorrente que está relacionada com a experiência fenomenológica que caracterizaria, em parte, a introspecção perceptiva como um “sentido interno”: pensa-se em entidades mentais estáticas na consciência, mas algo como um solilóquio interno é algo dinâmico que “move-se”, digamos assim, no interior da mesma, não necessita ser pensado para ter este estatuto, sendo disposicional e não ocorrente na mente.

Ao relacionar o pensamento com a percepção “interior” tradicionalmente atribuída a faculdade introspectiva, Audi afirma o seguinte: “[...] certamente, pensar não é ver. Não precisa sequer ser escutada pelo ouvido da mente. Posso ouvir minha declamação silenciosa do poema “Ozymandias” de Shelley, mas o pensamento não *necessita* ocorrer na fala interior, certamente não a fala pontuada e narrada<sup>3</sup>.” Para Audi, independente desta visão “interior” perceptual da consciência introspectiva estar relacionada apenas com as imagens mentais e/ou as propriedades sensoriais como os dados dos sentidos (*sense data*) nestas analogias apresentadas, o ponto a ser destacado é que tais analogias podem ser bastante questionáveis ao atribuir à faculdade introspectiva uma função meramente produtora de visões interiores aos moldes da percepção sensível na vida mental de um sujeito S. Há que se fazer apelo à outra espécie de imagem mental da qual o objeto da consciência fosse uma cópia ou representação; tal imagem pode ser pensada como uma imagem de *segunda ordem*, que seria uma imagem de uma imagem. Na teoria adverbial audiana sobre a introspecção e o realismo direto associado com o objeto a ser introspectado, para tratarmos do auto-conhecimento, um dos nossos objetivos centrais aqui, a noção de apreensão de conteúdo através da teoria do *sense data* não pode ser estendida para a introspecção da mesma forma que é concebida para a percepção. Pela contrapartida da introspecção da visão dos dados dos sentidos, ver através do “olho da mente” requer a presença destas imagens de segunda ordem, que é algo como uma *outra* imagem que representa a imagem original de maneira equivalente à que a teoria dos dados dos sentidos representa um objeto físico em virtude da familiaridade de quem os percebe como tal. Do ponto de vista da teoria adverbial, contudo, a postulação dessas imagens de segunda ordem não é condição necessária para a representação de imagens mentais comuns de primeira ordem, pois sob esta perspectiva a criação destas imagens é uma forma de experenciação auto-consciente por parte do sujeito, e não uma relação com o objeto da introspecção, não havendo uma imagem, como há um objeto, para ser copiada. Mas disto não se segue

<sup>3</sup> “[...] surely thinking is not seen. It need not even be heard in the mind’s ear. I may hear my silent recitation of Shelley’s ‘Ozymandias,’ but thinking *need* not occur in inner speech, certainly not speech of that narrative, punctuated sort.” AUDI, Robert. *Epistemology: a contemporary introduction*. 2 ed. New York: Routledge, 2004, p. 79.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

que não possam existir imagens de segunda ordem: o que a concepção adverbial pretende é reduzir a tendência a se pensar que estas de fato existam, onde o objetivo é o fornecimento de uma explicação mais plausível e razoável para a representação do objeto introspectado. Tendo-se esses argumentos em vista, é difícil defender que alguma teoria realista da introspecção de imagens, uma teoria que conceba objetos existindo por conta própria e tendo suas próprias propriedades justifique, em alguma medida, uma analogia convincente entre a introspecção e a percepção sensível. Não é óbvio que haja qualquer objeto introspectado que sirva como contrapartida de um objeto da percepção: de acordo com uma abordagem adverbial realista da experiência, apesar do realismo sobre objetos físicos da percepção ser algo plausível, o realismo sobre os objetos da introspecção não o é. A idéia envolvida aqui é a de que, grosso modo, as propriedades mentais, como a criação de imagens, por exemplo, representam adequadamente objetos físicos em nossa vida mental, ao passo que no caso dos objetos introspectivos, internos, tais propriedades não se aplicam da mesma maneira. Na teoria adverbial sobre a introspecção, o objeto não é determinado pelo conteúdo da introspecção e ao que ela se refere, assim como não é algo que tenha propriedades intrínsecas como cores e formas, por exemplo, mas é um objeto *intencional*, ou seja, ele não precisa necessariamente ter uma existência factual.

Em vista destas dificuldades encontradas por Audi para definir qual a natureza dos objetos da introspecção e com isso seguir a discussão com vistas a tratar as questões epistemológicas pertinentes deste debate, a saber, como se formam as crenças introspectivas e como é dada a justificação das mesmas, bem como as conseqüências que isto trás para a tese do acesso privilegiado, traz-se à baila novamente o ponto de vista de Dretske na formulação da sua teoria representacional da consciência. Nesta, o estado de estar consciente é um modo de representar alguma coisa. A consciência fenomenal nos torna conscientes das propriedades fenomenais dos objetos e é dada pelos sentidos perceptivos. Os estados mentais conscientes, que podemos compreender nesse sentido como as crenças ocorrentes em nossa vida mental, além dos pensamentos, são estados que nos tornam conscientes de objetos, propriedades e fatos deste domínio. O que torna um sujeito consciente de estar tendo alguma experiência X é um estado interno que representa as propriedades desta experiência: sem este estado com características representacionais não se pode ter consciência das propriedades mentais que experienciamos.

O ponto de partida de Dretske na sua teoria representacional é que estados mentais como o estado de crença, por exemplo, em particular as crenças introspectivas, um dos nossos objetos de análise, estão relacionadas com as representações mentais, e a intencionalidade destes estados é explicada em termos das propriedades semânticas destas representações. O caráter subjetivo da experiência consiste, para Dretske, num conteúdo representacional particular que se desdobra em algum aspecto do meio exterior e numa representação interna da representação, representação esta que

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

não possui o caráter da imagem de segunda ordem proposta por quem defende o conteúdo da consciência introspectiva como uma imagem da imagem. Para Dretske, todos os fatos mentais são representacionais, e todos os fatos representacionais são sobre informações que nosso aparato cognitivo processa; em particular, no caso da consciência introspectiva, as informações deveriam supostamente ser privilegiadas para o sujeito que tem acesso às mesmas, mas Dretske não pensa deste modo: para ele, não há fatos mentais que só sejam acessíveis a um único sujeito. Temos informação direta e privilegiada sobre nossa vida mental, mas não temos acesso privilegiado a informações que os outros sujeitos não possam ter, onde todos podem ter acesso à mesma informação, que é de domínio público. A perspectiva dretskiana, como também a heterofenomenológica, por exemplo, ao não atribuir uma primazia privilegiada a primeira pessoa ao considerar os estados auto-conscientes e introspectivos, faz uma crítica ao suposto infalibilismo introspectivo e a autoridade do sujeito centrado no ponto de vista do *self*, especialmente quando se trata de considerar os conteúdos e as atitudes proposicionais dependentes do entorno ao qual o sujeito cognitivo está exposto.

Uma parte importante e considerável das discussões contemporâneas relativas ao auto-conhecimento parte da recusa de algumas idéias associadas a Descartes que deriva da aceitação de uma perspectiva externalista em relação à individuação do conteúdo mental e de atitudes proposicionais como a crença, por exemplo. A infalibilidade do auto-conhecimento, a saber, o fato de que um sujeito cognoscente não pode estar enganado a respeito do conteúdo dos seus próprios estados mentais, e o modelo da auto-consciência como uma percepção “interna” ou “deslocada”, como foi visto até agora, particularmente nos modelos audiano e dretskiano, respectivamente, parecem sofrer um abalo nas suas bases conceituais, se aceita-se que o conteúdo destes estados são individuados, ainda que parcialmente, por fatores externos ao sujeito. Esta questão da individuação do conteúdo ficou conhecida contemporaneamente na filosofia da mente e na epistemologia analítica como o problema da incompatibilidade do externalismo com o conteúdo mental e também com a justificação epistêmica. De forma bastante resumida e compactada, tal incompatibilidade defende uma posição em que o sujeito, para saber o que pensa, não pode investigar empiricamente o mundo exterior e os seus objetos, o entorno ao qual o mesmo está inserido, anteriormente ao seu próprio pensamento: as entidades extra-mentais, nesta perspectiva, não podem ser objetos de investigação cognitiva primariamente aos eventos da sua vida mental, como crenças e pensamentos, por exemplo, e também a uma justificação de cunho essencialmente internalista, como uma justificação baseada em razões, sob pena de o sujeito ter de recorrer à sua experiência empírica do mundo primeiro, e depois poder estar autorizado a asserir o que crê e pensa, o que é um resultado bastante contra-intuitivo à boa parte da tradição filosófica. Na esteira deste debate, temos os defensores do auto-conhecimento, como Tyler Burge, por exemplo, que concebe o auto-conhecimento como um conhecimento de segunda ordem, e

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

utiliza a sua teoria da memória anafórica como preservadora do conteúdo mental na diacronia gerada pela informação obtida no passado com a evocação deste conteúdo no presente para compatibilizar esta perspectiva externalista com os conteúdos mentais e a justificação epistêmica, e Paul Boghossian como um incompatibilista da individuação de conteúdo e de atitudes proposicionais com esta perspectiva, e que não aceita um conhecimento assim dito de segunda ordem, o auto-conhecimento burgeano aqui referido.

Esta discussão sobre este incompatibilismo é colocada pertinentemente por Boghossian, que salienta que se os conteúdos são individuados, em alguma medida, por fatores relacionais, como a relação cognitiva sujeito - ambiente exterior que o circunda, que é de natureza causal, o sujeito estará impedido de conhecer por introspecção tudo o que determina esses conteúdos, como o caráter semântico dos mesmos, por exemplo, não sendo infalível e nem tendo autoridade e acesso privilegiado sobre tais fatores. Segundo Boghossian,

Nossa capacidade para o auto-conhecimento não é um componente negociável da nossa auto-concepção usual, uma tese que poderíamos descartar preservando tudo o que realmente importa. Ela é uma parte fundamental desta concepção, pressuposta por alguns dos conceitos mesmos que a constituem (considere a ação intencional, por exemplo)<sup>4</sup>.

Mesmo se o externalismo que motiva o abandono de uma imagem cartesiana do auto-conhecimento for, atualmente, uma posição bastante difundida e disseminada na comunidade filosófica de maneira geral, isto também trás a tona o abandono da assimetria entre um ponto de vista centrado na primeira pessoa e um ponto de vista da terceira pessoa na análise do conteúdo mental. Esse abandono do fundacionismo cartesiano, de uma teoria do conhecimento centrada na perspectiva da primeira pessoa, requer uma nova explicação para o conhecimento privilegiado dos próprios estados mentais, algo que o cartesianismo não dá mais conta. Para ilustrar a dificuldade da compatibilização de atitudes proposicionais com a perspectiva externalista, tem-se o caso da aquisição de crenças, por exemplo: se S crê que P, e esta crença têm algum componente individuado por fatores externos à vida mental de S, a capacidade de S de auto-atribuição desta crença (por exemplo, ao asserir internamente “creio que P”) dependerá destes fatores que determinam o conteúdo proposicional de P, pelo menos em parte. Sendo S não infalível nem tendo uma autoridade especial e privilegiada sobre o

---

<sup>4</sup> ‘Our capacity for self-knowledge is not a negotiable component of our self-conception usual, a thesis that we could rule out preserving all that really matters. It is a fundamental part of that approach, assumed by some of the same concepts that constitute it (consider intentional action, for example).’ BOGHOSSIAN, Paul. “Content and Self-Knowledge”. In: LUDLOW, P. e N. Martin (Eds.) *Externalism and Self-Knowledge*. CSLI Publications, 1998, p. 150.

conteúdo destas crenças, esta auto-atribuição não dá garantia epistêmica alguma a S sobre o conhecimento acerca dos seus próprios estados mentais, criando uma grande dificuldade cognitiva para a atribuição de auto-conhecimento. A auto-atribuição de crenças, a passagem de crenças de primeira ordem, como crenças perceptuais, a crenças de segunda ordem, crenças introspectivas, é garantida pela racionalidade do agente epistêmico, no sentido da “sensibilidade racional” de Christopher Peacocke, por exemplo: tal processo não seria inferencial nem seria indiferente às exigências de racionalidade do sujeito. Segundo Peacocke, a passagem de certo estado mental com determinado conteúdo à auto-atribuição desse estado é semelhante à concepção do conteúdo perceptual como tal e não como algo advindo da imaginação: não seria necessária uma meta-representação que trataria um conteúdo como sendo perceptual e não imaginado.<sup>5</sup>

Á estas considerações de Peacocke pode-se fazer um contraponto a uma perspectiva forte de autoridade da primeira pessoa onde a causação mental passe a incluir a representação epistêmica dos estados mentais, em um nível que o agente é meta-representacional e as suas ações são estados mentais intencionais: a posse de representações e crenças autoriza o agente a representar algo como verdadeiro ou falso. Na relação que se pretende estabelecer entre a auto-consciência e o auto-conhecimento, a questão lingüística e conceitual entra diretamente aqui, pois há uma concepção forte de que auto-consciência requer a linguagem e o conceito, onde só assim haveria reflexividade no pensamento e no conteúdo das crenças no sentido do reconhecimento conceitual de que tal sujeito tem experiências internas, na sua vida mental. A tendência a se separar a experiência subjetiva pré-lingüística e a experiência lingüística reflexiva vem desde que Wilfrid Sellars propôs uma distinção entre a consciência discriminativa (*awareness*, “ter a experiência de X”) da consciência reflexiva (*consciousness*, “ter o conceito de X”)<sup>6</sup>. Nesta discussão sobre o caráter determinante ou não da linguagem e do conceito, novamente invoca-se Dretske, que apregoa que a mera experiência sensorial não requer o conceito para saber de que se está consciente perceptivamente. Segundo Dretske, a distinção é feita entre a consciência do objeto (a experiência da propriedade X) e a consciência do fato (a crença de que isto é X). Nesse sentido, ter experiência de P é diferente de ter pensamentos sobre P, assim como ter representações de fenômenos sensoriais difere da representação de fatos conceituais em crenças e juízos. A experiência não requer conceito, mas o conhecimento, precisamente o auto-conhecimento no caso, necessita do mesmo, para Dretske. Para o seu representacionalismo, o que importa é a transparência da experiência: ao se usar a faculdade introspectiva, as propriedades fenomenais e subjetivas se confundem com as propriedades representacionais. Na sua visão de

<sup>5</sup> Ver em: PEACOCKE, Christopher. “Conscious Attitudes, Attention, and Self-Knowledge.” In: WRIGHT, C. (Ed.). *Knowing our Own Minds*. Oxford University Press, 1998, p. 63-98.

<sup>6</sup> Ver em: SELLARS, Wilfrid. *Empiricism and Philosophy of Mind*, Harvard University Press, 1997.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

percepção “deslocada”, a visão “interior” do conteúdo dos meus estados internos remete a propriedades e objetos externos: a introspecção é a representação da representação (meta-representação), necessitando do conceito e das capacidades lingüísticas. No caso de uma percepção deslocada de algum objeto externo à mente, há uma imediaticidade introspectiva na formação da crença para Dretske, apesar do caráter inferencial que o mesmo atribui à aquisição de auto-conhecimento: a infalibilidade é garantida porque não há representações intermediárias nesse processo, e isto não permite o erro. Tal autor concebe o auto-conhecimento como uma forma de auto-apercebimento (*self-awareness*), um conhecimento obtido via o apercebimento de objetos não mentais.

Para Dretske, a crença introspectiva é imediata, onde a mesma não resulta de uma inferência sujeito ao engano, nem admite anuladores epistêmicos (*defeaters*): nesse sentido, não há como conceber alguma espécie de contra-evidência tanto a minha crença quanto a justificação introspectiva, pois estas não são passíveis de anulabilidade (o auto-conhecimento é auto-evidente). S crê que tem determinado estado mental (S crê que crê que P, o caráter de segunda ordem da sua crença introspectiva), que é uma representação de algo externo à sua vida mental, e esta crença é não anulável, fundamental na sua base epistêmica. Outro aspecto importante a se considerar sobre a infalibilidade introspectiva que deve ser mencionado, também, é que uma crença verdadeira sobre um estado consciente não teria uma natureza introspectiva se não estivesse causalmente conectada a estes estados: o sujeito pode evocar mentalmente uma imagem que não corresponda à imagem do objeto introspectado, seguindo-se disto uma crença verdadeira e justificada sobre outra imagem que é equivocada e não é introspectada atentamente, mas não é uma crença introspectiva. O sujeito pode até manter esta mesma crença mesmo depois de não criar a imagem dela: nesse caso, além de não ser introspectiva na sua gênese, tal crença ainda seria falsa nesse caso. O ponto a se considerar para uma determinada falibilidade introspectiva, também, é uma contrapartida alucinatória e imaginativa que crenças introspectivas podem apresentar, assim como acontece com a memória e a percepção, por exemplo. O problema diz respeito ao estatuto destas crenças: se a origem causal das mesmas está em algum objeto interno da introspecção, então a falibilidade introspectiva fica difícil de ser defendida, uma vez que a possibilidade do erro cognitivo, nesse caso, seria praticamente nula. Entretanto, se tal causa estiver em processos e eventos mentais, e não nestes objetos, a introspecção poderia estar sujeita a estas contrapartidas, e nesse caso é pertinente se perguntar pelo caráter epistemológico da faculdade introspectiva como fonte de justificação e de conhecimento. Na teoria adverbial de Robert Audi referida anteriormente, evita-se tomar o objeto introspectivo como causa das suas crenças a fim de evitar a possibilidade da falibilidade, mas isso não necessariamente significa que a ilusão e a alucinação introspectivas não possam ser o caso, pois do fato de S ter estas ilusões em sua vida mental

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

não se segue que o mesmo vá ter crenças falsas e não vá ter auto-conhecimento sobre o que causou estas crenças.

A infalibilidade introspectiva pode não ser problemática para a epistemologia, de uma maneira geral, se considerarmos especialmente os casos de crenças ocorrentes e atentas na consciência do sujeito S, em que fica difícil defender alguma possibilidade de erro por parte do agente cognitivo. No caso de crenças não ocorrentes e que não se manifestem sincronicamente no tempo t ao S evocar seus conteúdos mentais, seria mais plausível o engano sobre estes conteúdos. Audi defende um princípio que é o da *infalibilidade restrita*, que restringe a mesma apenas à introspecção atenta: tal princípio atesta que apenas as crenças introspectivas atentas são verdadeiras e bem causadas e estão auto-justificadas. Mas num exemplo dado pelo próprio Audi, S pode crer, com base numa introspecção atenta, porém mal formada, que está criando em sua mente a imagem de um octógono, mas num segundo momento, após a inspeção interna de tal crença e do conteúdo do pensamento vinculado à mesma, descobrir que a figura, na verdade, tem sete lados: a introspecção foi atenta, mas causou uma crença falsa na vida mental de S sobre o número de lados da figura introspectada<sup>7</sup>. Esta questão pode trazer, também, problemas para as teses do acesso privilegiado e da onisciência introspectiva (o conhecimento de todas as verdades sobre a minha consciência), pois se é tomada como premissa, por exemplo, não ser o caso, em algum momento, que S esteja de posse desta onisciência, então S não poderia crer em falsidades sobre ela, e, portanto, também seria infalível em relação à mesma. Se fosse possível S estar enganado ao crer que está nesse momento em um estado mental ocorrente como o pensamento, por exemplo, então a infalibilidade, o acesso privilegiado e a onisciência deveriam ser abandonados. Se qualquer uma destas teses sobre a consciência introspectiva for colocada em dúvida, as outras também o podem ser colocadas, pois há uma relação muito íntima estabelecida entre elas. Conforme coloca Audi,

Na melhor das hipóteses, é extremamente improvável (e talvez impossível) que essas duas coisas (saber todas as verdades sobre a consciência e mesmo assim acreditar em algumas falsidades sobre ela) ocorram conjuntamente, resultando na onisciência em relação à própria consciência, porém inconsistente e falível sobre ela. Uma pessoa saberia todas as verdades em relação a ela e, mesmo assim, também acreditaria de alguma forma em falsidades incompatíveis com essas verdades. Sendo isso, na melhor das hipóteses, improvável, se eu sou falível, pelo menos serei muito provavelmente não onisciente<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Em AUDI, Robert. *Epistemology: a contemporary introduction*. 2 ed. New York: Routledge, 2004, p. 85.

<sup>8</sup> 'It is at best extremely unlikely (and perhaps impossible) that these two things – knowing every truth about one's consciousness and nonetheless believing some falsehood about it – occur together, leaving one omniscient regarding one's own consciousness, yet inconsistent and fallible about it. One would know every truth about it yet would also somehow believe falsehoods incompatible with those truths. This being at best improbable, if I am fallible I am at least very likely not omniscient.' AUDI, Robert. *Epistemology: a contemporary introduction*. 2 ed. New York: Routledge, 2004, p. 86.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

Estas considerações sugerem que, ao contrário da tese da onisciência, é possível desconhecer certos fatos sobre a consciência mesmo quando se estiver atento à mesma, mas isto não implica que a onisciência da perspectiva do acesso privilegiado esteja completamente equivocada, no sentido de ser ignorante a toda verdade sobre algum fato da vida mental do sujeito. Se S crê justificadamente, por exemplo, estar pensando sobre a introspecção da perspectiva do objeto interno, supostamente tem algum auto-conhecimento sobre isso, mas não necessariamente o terá sobre algum outro pensamento sobre o qual presumidamente S não sabe que o está tendo ocorrentemente em sua consciência.

Independentemente das questões e dos problemas colocados serem passíveis de controvérsia e discussão, e estas de modo algum estão fechadas, pode-se formular um princípio epistêmico razoavelmente qualificado como o princípio do auto-conhecimento, que afirma que as crenças introspectivas formadas atentamente são geralmente verdadeiras e estão bem justificadas, constituindo-se as mesmas em conhecimento. Procurar algum argumento, por si só de difícil arquitetura, que defenda a possibilidade de poder haver crenças introspectivas, atentas ou não, falsas, já é suficiente para fornecer alguma razão para que provavelmente sejam verdadeiras e corretas essas crenças, embora um critério geral e irrestrito, que é o que buscamos incansavelmente na pesquisa filosófica em geral, não possa ser formulado no momento: esta é, dentre outras razões, motivação mais do que suficiente para continuar investigando estes problemas. Normalmente *sabemos* o que é o caso ocorrentemente na nossa consciência, sendo o acesso e a busca de justificação para as propriedades disposicionais como as crenças não ocorrentes, por exemplo, mais complexo de definir e explicar. Contudo, mesmo assim, também seria imprudente intelectualmente negar veementemente alguma espécie de princípio justificacional aplicável ao domínio das disposições mentais em geral, como as atitudes proposicionais que geralmente habitam nossa vida mental (como crenças e desejos, por exemplo): tal princípio defende, grosso modo, que crenças introspectivas em geral normalmente possuem uma justificação *prima facie*, que permitiriam, em tese, anuladores epistêmicos, pois tal justificação não é absoluta, não se seguindo daí infalibilismo quanto à terceira condição a ser satisfeita para haver conhecimento em uma análise tradicional do conhecimento proposicional.

De maneira geral, a introspecção ou auto-consciência produz crenças, justificação e conhecimento, o que pode ser colocado em um princípio epistêmico geral sobre o auto-conhecimento, que apesar de mais fraco que a infalibilidade e a onisciência introspectivas, tem um escopo mais amplo: normalmente, as crenças introspectivas fundadas na auto-consciência atenta são verdadeiras e constituem conhecimento. Esta é a posição clássica e canônica na epistemologia, e mesmo admitindo-se uma determinada falibilidade introspectiva, disto não se segue que não haja boa justificação para as

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------

crenças de introspecção formadas na auto-consciência, especialmente as da introspecção atenta. Contudo, apesar da força destes princípios epistêmicos geralmente aceitos e irrefutáveis em suas bases, alguma espécie de ceticismo introspectivo sempre permanece e pode ser considerada, por exemplo, mesmo em tentativas infrutíferas de minar alguma espécie de fundacionismo e não se admitir infalibilidade na base. O que sejam contra-evidências e anuladores epistêmicos para crenças introspectivas atentas ou não, uma possível accidentalidade da verdade na epistemologia da introspecção, que resultaria numa espécie de “gettierização” do agente cognitivo, o problema do auto-engano em relação às crenças introspectivas, que não foi tratado aqui, mas que é de alta relevância para toda a discussão presente, mais investigação sobre o objeto da consciência, centrado na discussão do olhar “interno” e das meta-representações conceituais, bem como precisar mais detalhada e refinadamente a relação auto-conhecimento e auto-consciência são os próximos desafios a serem enfrentados e tratados, sendo objetos de muita pesquisa ulterior e futura.

## Referências

- AUDI, Robert. *Epistemology: a contemporary introduction*. 2 ed. New York: Routledge, 2004.
- BOGHOSSIAN, Paul. “Content and Self-Knowledge.” In: LUDLOW, P. e N. Martin (Eds.) *Externalism and Self-knowledge*. CSLI Publications, 1998, p. 149-173.
- CHALMERS, David, (1995) “Facing Up to The Problem of Consciousness.” *Journal of Consciousness Studies*, 2(3), 1995, p. 200-219.
- DENNETT, Daniel. “Who’s On First? Heterofenomenology Explained”. *Journal of Consciousness Studies*, 10(9), 2003, p. 19-30.
- DRETSKE, F. “Introspection.” *Proceedings of the Aristotelian Society*, 94, 1994, p. 263-278.
- DRETSKE, Fred. *Naturalizing The Mind*. Cambridge: MIT Press, 1997.
- PEACOCKE, Christopher. “Conscious Attitudes, Attention, and Self-Knowledge.” In: WRIGHT, C. (Ed.). *Knowing our Own Minds*. Oxford University Press, 1998, p. 63-98.
- NAGEL, Thomas. “What’s Like to Be a Bat?” In: *Mortal Questions*, Cambridge University Press, 1992.
- SELLARS, Wilfrid. *Empiricism and Philosophy of Mind*, Harvard University Press, 1997.

Recebido em 19-10- 2010 e aceito para a publicação em 11-11-2010.

<i>intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	Vol. 3 – Nº 2	Novembro 2010	p.214-225
-----------------	-------------------	--------------	---------------	------------------	-----------